

AVALIAÇÕES SOMATIVAS NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Stéfani Cristine Almeida Sant'Anna¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o papel das avaliações somativas no 1º ano do Ensino Fundamental, refletindo sobre seus limites, possibilidades e contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Parte-se da compreensão de que a avaliação, especialmente nos anos iniciais, deve considerar as especificidades da infância e o caráter processual da alfabetização. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas, documentos oficiais e referenciais teóricos que discutem avaliação educacional, práticas pedagógicas e aprendizagem infantil. Os resultados indicam que, quando utilizadas de forma descontextualizada e classificatória, as avaliações somativas podem gerar impactos negativos no desenvolvimento dos estudantes, como desmotivação e insegurança. Contudo, quando planejadas de maneira articulada aos objetivos pedagógicos e integradas a uma concepção formativa de avaliação, essas práticas podem contribuir significativamente para o acompanhamento da aprendizagem, auxiliando o professor na reorganização do ensino e na identificação das necessidades dos alunos. As discussões evidenciam ainda a importância de práticas avaliativas mais humanizadas, inclusivas e coerentes com o processo de alfabetização, valorizando o progresso individual e respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem. Conclui-se que a avaliação somativa, ao ser ressignificada como instrumento pedagógico, pode favorecer uma educação mais justa e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças no 1º ano do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Anos Iniciais. Ensino Fundamental. Aprendizagem. Alfabetização.

I INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem constitui um dos pilares centrais do processo educativo, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, fase marcada pela inserção formal das crianças no universo da alfabetização e do letramento. No 1º ano do Ensino Fundamental, a avaliação assume um papel ainda mais sensível, pois envolve sujeitos em processo inicial de escolarização, com ritmos, tempos e modos distintos de aprender. Nesse contexto, compreender as especificidades das avaliações somativas torna-se fundamental para garantir práticas avaliativas coerentes, éticas e alinhadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

¹ Mestra em Educação, Uneatlantico.

As avaliações somativas são tradicionalmente utilizadas para verificar o nível de aprendizagem alcançado ao final de um período letivo, etapa ou unidade de ensino. No entanto, quando aplicadas de forma descontextualizada ou excessivamente classificatória no 1º ano, podem desconsiderar aspectos essenciais do desenvolvimento infantil, como a maturidade cognitiva, emocional e social. Por isso, discutir o uso dessas avaliações nos anos iniciais implica refletir sobre seus objetivos, limites e possibilidades pedagógicas.

No cenário atual da educação brasileira, marcado por documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a avaliação no 1º ano deve priorizar o acompanhamento contínuo da aprendizagem, sem caráter excludente ou punitivo. Ainda assim, as avaliações somativas permanecem presentes nas práticas escolares, exigindo dos professores um olhar crítico e sensível para sua elaboração e aplicação.

Diante disso, torna-se necessário problematizar como as avaliações somativas vêm sendo utilizadas no 1º ano do Ensino Fundamental, quais impactos geram no processo de ensino-aprendizagem e de que maneira podem ser ressignificadas para contribuir efetivamente com o desenvolvimento dos estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo uma educação mais justa e inclusiva.

2

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A avaliação no contexto do 1º ano do Ensino Fundamental

A avaliação no 1º ano do Ensino Fundamental precisa ser compreendida a partir das especificidades da infância e do processo inicial de alfabetização. Nessa etapa, as crianças estão em transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, vivenciando novas rotinas, exigências escolares e formas de organização do conhecimento. Por isso, a avaliação não pode se restringir à mensuração de conteúdos assimilados, devendo considerar o desenvolvimento global do estudante, incluindo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e motores (LUCKESI, 2011).

A Base Nacional Comum Curricular orienta que a avaliação nos anos iniciais deve assumir caráter formativo, contínuo e processual, priorizando o acompanhamento do percurso de aprendizagem em vez da classificação ou retenção do aluno (BRASIL, 2017). No entanto, na prática escolar, observa-se que ainda há forte presença de instrumentos avaliativos tradicionais, especialmente provas e testes, mesmo no 1º ano, o que gera tensões entre o que está prescrito nos documentos oficiais e o que é efetivamente realizado nas salas de aula.

Nesse contexto, o professor do 1º ano assume papel fundamental na mediação do processo avaliativo, sendo responsável por interpretar as produções das crianças, compreender seus avanços e dificuldades e planejar intervenções pedagógicas adequadas. Avaliar, portanto, não significa apenas atribuir notas ou conceitos, mas analisar evidências de aprendizagem e utilizá-las como subsídio para a prática docente (HOFFMANN, 2014).

Além disso, a avaliação no 1º ano deve respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, reconhecendo que o processo de alfabetização não ocorre de maneira linear ou homogênea. Crianças aprendem de formas diversas, e a avaliação precisa ser sensível a essas diferenças, evitando comparações e julgamentos que possam gerar insegurança, frustração ou desmotivação.

Assim, compreender a avaliação no contexto do 1º ano implica reconhecê-la como um instrumento pedagógico a serviço da aprendizagem, e não como um mecanismo de controle. Essa perspectiva é essencial para refletir sobre o lugar das avaliações somativas nessa etapa da escolarização.

2.2 Avaliações somativas: conceitos, funções e limites

As avaliações somativas são tradicionalmente definidas como aquelas realizadas ao final de um período de ensino, com o objetivo de verificar o nível de aprendizagem alcançado pelos estudantes em relação aos conteúdos trabalhados. De acordo com Bloom, Hastings e Madaus (1983), esse tipo de avaliação tem como função principal sintetizar os resultados do processo educativo, fornecendo informações sobre o desempenho do aluno em determinado momento.

No entanto, quando transportadas para o contexto do 1º ano do Ensino Fundamental, as avaliações somativas precisam ser cuidadosamente analisadas. Isso porque, nessa fase, a aprendizagem está em construção, e os resultados obtidos em avaliações pontuais nem sempre refletem de forma fidedigna o desenvolvimento real da criança. Provas escritas padronizadas, por exemplo, podem não captar avanços significativos que se manifestam em interações orais, jogos, produções espontâneas e atividades lúdicas.

Luckesi (2011) alerta que a avaliação somativa, quando utilizada de forma classificatória e excludente, tende a reforçar desigualdades e a reduzir o processo educativo a números e conceitos. No 1º ano, esse risco é ainda maior, pois a criança está formando sua relação com a escola, com o aprender e consigo mesma enquanto estudante. Avaliações mal conduzidas podem gerar sentimentos de incapacidade e fracasso precoce.

Por outro lado, as avaliações somativas não precisam ser totalmente descartadas. Quando bem planejadas, contextualizadas e integradas a outras estratégias avaliativas, podem contribuir para o acompanhamento da aprendizagem, desde que não sejam o único ou principal instrumento de avaliação. Hoffmann (2014) destaca que a avaliação deve ser interpretativa, e não meramente verificadora, exigindo do professor um olhar atento às produções infantis.

Dessa forma, a avaliação somativa, quando utilizada no 1º ano do Ensino Fundamental, precisa estar alinhada a uma concepção pedagógica que compreenda a aprendizagem como processo contínuo. Isso implica repensar instrumentos, critérios e finalidades, evitando práticas que priorizem apenas o resultado final em detrimento do percurso vivido pela criança. A avaliação deve dialogar com o planejamento pedagógico e com as necessidades reais dos estudantes, respeitando seus tempos e possibilidades de aprendizagem (BRASIL, 2017).

Outro limite importante das avaliações somativas nessa etapa diz respeito à pressão institucional por registros quantitativos, como notas e conceitos, que muitas vezes não traduzem a complexidade do desenvolvimento infantil. Esse cenário pode levar professores a aplicarem avaliações padronizadas apenas para cumprir exigências burocráticas, esvaziando o sentido pedagógico da avaliação. Conforme aponta Perrenoud (1999), avaliar não é classificar, mas compreender para intervir, o que exige formação docente e reflexão constante sobre a prática avaliativa.

Assim, compreender os conceitos, funções e limites das avaliações somativas no 1º ano é fundamental para que elas não se tornem obstáculos ao processo de alfabetização, mas sim instrumentos auxiliares, utilizados com criticidade, intencionalidade pedagógica e compromisso com o desenvolvimento integral da criança.

2.3 Possibilidades pedagógicas para o uso das avaliações somativas no 1º ano

Apesar das críticas e limites apontados, as avaliações somativas podem assumir um papel pedagógico relevante no 1º ano do Ensino Fundamental, desde que ressignificadas à luz de uma perspectiva formativa e inclusiva. Para isso, é necessário que o professor compreenda a compreensão de que a avaliação somativa não precisa se limitar a provas tradicionais ou atividades exclusivamente escritas. No 1º ano, ela pode assumir formatos diversificados, como produções textuais iniciais, registros gráficos, atividades práticas, portfólios e situações-problema contextualizadas, que permitam ao professor observar o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, oralidade e raciocínio lógico das crianças (HOFFMANN, 2014).

Uma possibilidade pedagógica importante é a articulação entre avaliação somativa e avaliação formativa. Nesse sentido, os resultados obtidos ao final de um período não devem ser encarados como um ponto final, mas como um indicativo para reorganizar o planejamento e propor novas intervenções pedagógicas. Perrenoud (1999) destaca que a avaliação só cumpre sua função educativa quando orienta decisões didáticas, permitindo ao professor ajustar suas estratégias às necessidades reais dos alunos.

Outro aspecto fundamental refere-se à clareza dos critérios avaliativos. No 1º ano, é essencial que os critérios sejam compatíveis com a etapa de desenvolvimento das crianças e estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem previstos na BNCC. Avaliar, por exemplo avaliar, por exemplo, aspectos relacionados à consciência fonológica, à compreensão oral, ao reconhecimento de letras e números e à participação nas atividades propostas é mais significativo do que exigir respostas padronizadas que desconsideram o processo vivido pelo aluno. Dessa forma, a avaliação somativa passa a dialogar com a realidade da sala de aula e com os objetivos do ensino no 1º ano (BRASIL, 2017).

Além disso, a devolutiva ao estudante assume papel central nesse processo. Mesmo em avaliações somativas, é fundamental que o professor ofereça feedbacks qualitativos, valorizando os avanços conquistados e orientando os próximos passos da aprendizagem. Hoffmann (2014) ressalta que a avaliação precisa ser compreendida como um ato pedagógico de acompanhamento e mediação, e não apenas como registro de desempenho.

A participação da família também pode ser considerada uma possibilidade pedagógica relevante. No 1º ano do Ensino Fundamental, o diálogo entre escola e família contribui para que os responsáveis compreendam o processo avaliativo, evitando interpretações equivocadas baseadas apenas em notas ou conceitos. Essa parceria fortalece a confiança no trabalho pedagógico e favorece o desenvolvimento integral da criança.

Assim, ao serem utilizadas de forma planejada, contextualizada e reflexiva, as avaliações somativas podem contribuir para o acompanhamento da aprendizagem no 1º ano, desde que estejam articuladas a uma concepção de avaliação que valorize o processo, respeite a infância e promova práticas educativas mais humanas e inclusivas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, cujo objetivo foi analisar e refletir sobre o papel das avaliações somativas

no 1º ano do Ensino Fundamental, considerando suas contribuições, limites e possibilidades no processo de ensino-aprendizagem. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno avaliativo a partir de seus significados pedagógicos, sociais e educacionais, indo além de dados numéricos ou classificatórios.

No que se refere ao tipo de pesquisa, optou-se pela pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir do levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas relevantes sobre avaliação educacional, alfabetização, infância e práticas avaliativas nos anos iniciais. Foram utilizados livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções de autores reconhecidos na área da Educação, especialmente aqueles que discutem avaliação formativa e somativa no contexto escolar.

Os documentos normativos também compuseram o corpus da pesquisa, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta as práticas pedagógicas e avaliativas no Ensino Fundamental. A análise desses documentos permitiu compreender como a avaliação somativa é apresentada nas políticas educacionais e como pode ser ressignificada no cotidiano escolar do 1º ano.

O procedimento metodológico adotado envolveu três etapas principais. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico, realizado em bases de dados acadêmicas e em acervos digitais, priorizando materiais que abordassem avaliação educacional e alfabetização. A segunda etapa correspondeu à leitura exploratória e analítica dos textos selecionados, buscando identificar conceitos, concepções e perspectivas teóricas sobre avaliação somativa. Por fim, realizou-se a sistematização das ideias, articulando os referenciais teóricos com a realidade das práticas pedagógicas no 1º ano do Ensino Fundamental.

A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa e reflexiva, permitindo estabelecer relações entre os autores estudados e os desafios enfrentados pelos professores na avaliação da aprendizagem de crianças em processo de alfabetização. Dessa forma, a metodologia adotada contribuiu para uma compreensão aprofundada do tema, oferecendo subsídios teóricos para repensar as avaliações somativas como instrumentos pedagógicos a serviço da aprendizagem, e não apenas como mecanismos de verificação de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura evidencia que as avaliações somativas no 1º ano do Ensino Fundamental ainda são, em muitas realidades escolares, compreendidas como instrumentos de

verificação final da aprendizagem, frequentemente associadas à atribuição de notas ou conceitos. Esse entendimento limitado tende a reduzir a complexidade do processo avaliativo, desconsiderando as especificidades da infância e do processo inicial de alfabetização, que exige acompanhamento contínuo e sensível (LUCKESI, 2011).

Os estudos apontam que, quando aplicadas de forma descontextualizada, as avaliações somativas podem gerar efeitos negativos no desenvolvimento das crianças, como ansiedade, insegurança e desmotivação. Hoffmann (2014) destaca que a avaliação, sobretudo nos anos iniciais, precisa assumir um caráter formativo, mesmo quando ocorre ao final de um ciclo ou etapa, pois a aprendizagem infantil não se constrói de maneira linear nem homogênea.

Entretanto, os resultados da pesquisa bibliográfica também revelam que a avaliação somativa não deve ser descartada do processo educativo. Pelo contrário, quando planejada de forma articulada aos objetivos de aprendizagem e integrada às práticas pedagógicas, ela pode fornecer informações relevantes sobre os avanços e desafios dos estudantes. A BNCC (BRASIL, 2017) reforça que avaliar é acompanhar o desenvolvimento das competências e habilidades ao longo do percurso escolar.

No contexto do 1º ano, a avaliação somativa precisa considerar que os alunos estão em fase de adaptação ao ambiente escolar formal, construindo gradualmente noções de leitura, escrita e matemática. Nesse sentido, avaliações rígidas e padronizadas tendem a não refletir o real progresso da criança, como apontam estudos de Perrenoud (1999), ao defender que a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e não da seleção ou exclusão.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se ao papel do professor como mediador do processo avaliativo. A forma como o docente interpreta os resultados da avaliação somativa influencia diretamente as intervenções pedagógicas posteriores. Quando o professor utiliza os resultados como diagnóstico, é possível reorganizar estratégias de ensino, respeitando o ritmo de cada aluno.

Outro ponto recorrente nas produções analisadas diz respeito à necessidade de alinhar a avaliação somativa às práticas pedagógicas cotidianas. Quando a avaliação é construída a partir do que foi efetivamente trabalhado em sala de aula, ela se torna mais justa e significativa. De acordo com Vasconcellos (2015), avaliar é um ato pedagógico intencional, que deve refletir o planejamento e os objetivos propostos pelo professor, especialmente nos anos iniciais.

Os resultados também indicam que instrumentos avaliativos diversificados favorecem uma compreensão mais ampla da aprendizagem no 1º ano. Provas escritas tradicionais, quando

utilizadas de forma isolada, tendem a limitar a expressão das crianças, que ainda estão desenvolvendo habilidades básicas de leitura e escrita. Por isso, autores como Hoffmann (2014) defendem o uso de registros pedagógicos, portfólios, produções orais e observações sistemáticas como complementos à avaliação somativa.

A literatura analisada evidencia ainda que a avaliação somativa pode contribuir para o acompanhamento do desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças, desde que o foco não esteja apenas no resultado final. Avaliar atitudes como participação, esforço, autonomia e interação social permite ao professor compreender o aluno de forma integral, conforme propõe a perspectiva da educação integral defendida pela BNCC (BRASIL, 2017).

Outro resultado significativo refere-se à importância da devolutiva pedagógica. Mesmo quando a avaliação ocorre ao final de um período, o feedback oferecido pelo professor pode orientar a criança e a família sobre os avanços alcançados e os aspectos que precisam ser fortalecidos. Luckesi (2011) destaca que a avaliação só cumpre sua função educativa quando gera reflexão e possibilidade de melhoria.

Os estudos também apontam que a avaliação somativa, quando utilizada de maneira punitiva ou classificatória, pode reforçar práticas excludentes desde os primeiros anos escolares. Essa lógica contraria os princípios da educação inclusiva e do direito à aprendizagem, pois desconsidera as diferenças individuais e os tempos de aprendizagem de cada criança (PERRENOUD, 1999).

No entanto, quando compreendida como parte de um processo contínuo, a avaliação somativa pode subsidiar decisões pedagógicas mais conscientes. A partir dos resultados obtidos, o professor pode reorganizar o planejamento, retomar conteúdos e propor atividades de reforço, garantindo que nenhuma criança seja deixada para trás no processo de alfabetização.

A análise das produções científicas revela ainda que a formação docente exerce papel central na forma como as avaliações somativas são concebidas e aplicadas. Professores que possuem uma compreensão crítica sobre avaliação tendem a utilizá-la como ferramenta pedagógica, enquanto práticas avaliativas tradicionais estão, muitas vezes, associadas à falta de formação continuada na área (VASCONCELLOS, 2015). Esse dado reforça a necessidade de investir em processos formativos que auxiliem os docentes a ressignificar a avaliação, especialmente no 1º ano do Ensino Fundamental.

Outro aspecto evidenciado nos estudos é a relação entre avaliação somativa e inclusão escolar. Crianças com diferentes ritmos de aprendizagem, necessidades específicas ou

trajetórias escolares diversas tendem a ser mais impactadas por avaliações padronizadas. Hoffmann (2014) argumenta que a avaliação, quando não flexibilizada, pode reforçar desigualdades e dificultar o desenvolvimento pleno dos estudantes, sobretudo nos primeiros anos da escolarização.

Os resultados indicam também que a articulação entre avaliação somativa e avaliação formativa é fundamental para garantir uma prática pedagógica coerente. A avaliação somativa, ao final de um período, ganha sentido quando dialoga com registros e observações realizadas ao longo do processo, permitindo uma visão mais completa da aprendizagem da criança (LUCKESI, 2011).

Além disso, a literatura aponta que a clareza dos critérios avaliativos é essencial para que a avaliação cumpra sua função pedagógica. Quando o professor define critérios claros, adequados à faixa etária e alinhados aos objetivos de aprendizagem, a avaliação se torna mais transparente e compreensível, tanto para os alunos quanto para as famílias (PERRENOUD, 1999).

Outro resultado relevante diz respeito ao papel da escola na construção de uma cultura avaliativa mais humanizada. As pesquisas analisadas demonstram que práticas avaliativas mais sensíveis não dependem apenas do professor individualmente, mas de uma proposta pedagógica institucional que valorize o acompanhamento contínuo da aprendizagem e respeite as especificidades da infância.

Os estudos também evidenciam que a avaliação somativa no 1º ano precisa considerar o caráter processual da alfabetização. A aprendizagem da leitura e da escrita ocorre de forma gradual, com avanços e retrocessos, o que exige do professor um olhar atento e flexível ao interpretar os resultados avaliativos (BRASIL, 2017).

Por fim, os resultados da pesquisa bibliográfica demonstram que as avaliações somativas podem contribuir significativamente para o processo educativo no 1º ano do Ensino Fundamental, desde que sejam compreendidas como parte de um percurso pedagógico mais amplo. Quando utilizadas de forma reflexiva, planejada e articulada às práticas de ensino, elas deixam de ser instrumentos de controle e passam a atuar como aliadas da aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento integral das crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou compreender que as avaliações somativas no 1º ano do Ensino Fundamental precisam ser analisadas a partir de uma perspectiva pedagógica mais ampla, que considere as especificidades da infância e do processo de alfabetização. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a avaliação, quando utilizada apenas como instrumento de verificação de resultados, tende a limitar o desenvolvimento dos estudantes e a reduzir o potencial educativo dessa prática.

Os resultados encontrados indicam que a avaliação somativa pode assumir um papel positivo no processo de ensino-aprendizagem, desde que esteja articulada ao acompanhamento contínuo da aprendizagem e alinhada aos objetivos pedagógicos definidos pelo professor. Quando compreendida como parte de um percurso formativo, a avaliação contribui para a reorganização do trabalho docente e para a identificação das necessidades de cada aluno, favorecendo intervenções mais adequadas.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se à importância de práticas avaliativas mais humanizadas, que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem e promovam o desenvolvimento integral das crianças. Avaliar no 1º ano exige sensibilidade, planejamento e intencionalidade pedagógica, considerando que os alunos estão em fase de adaptação ao ambiente escolar e de construção das bases da leitura, da escrita e do pensamento matemático.

No entanto, reconhece-se que o estudo apresenta limitações, por tratar-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, não contemplando a observação direta de práticas avaliativas em contextos escolares específicos. Dessa forma, sugere-se que futuras pesquisas possam aprofundar a temática a partir de estudos de campo, entrevistas com professores ou análises de instrumentos avaliativos utilizados no cotidiano escolar.

Conclui-se, portanto, que as avaliações somativas, quando ressignificadas e utilizadas de forma consciente, podem contribuir significativamente para a aprendizagem no 1º ano do Ensino Fundamental. Mais do que classificar ou medir desempenhos, avaliar deve significar acompanhar, compreender e favorecer o desenvolvimento das crianças, garantindo uma educação mais justa, inclusiva e comprometida com o direito de aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliar para promover: as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2015.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2013.

ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.